

Sumario

Desde una perspectiva eclesiológica, el autor analiza el tema de la V Conferencia, destacando la categoría de «discipulos de Jesucristo» en la Iglesia Católica, a partir del contexto socio-cultural de ALC y presenta algunas sugerencias para una renovación eclesial. Parte del presupuesto de que la Iglesia latinoamericana y caribeña debe crecer en una nueva conciencia de sí misma, a fin de fortalecer su identidad en una sociedad pluralista y secularizada. Esa nueva conciencia hunde sus raíces en la vivencia de Jesucristo Resucitado de las primeras comunidades cristianas; se desarrolla hoy en la proclamación de la Buena Nueva y en la organización de la vida de las comunidades, teniendo en cuenta los diversos contextos socio-culturales; y tiene como criterio fundamental la salvación de los hombres y mujeres concretos de nuestro tiempo. El autor concluye su artículo dando énfasis a la formación espiritual y teológica de los laicos y del clero, a la revitalización de los ministerios en la vida de la Iglesia y a la preocupación por lo social en este nuevo contexto.

Em Vista Da V Conferência Geral Do Episcopado Latino-americano e Caribenho

Mario de França Miranda SJ

Doctor en Teología. Miembro de la Comisión Teológica Internacional. Asesor teológico del CELAM. Profesor de Teología en la PUC-RJ.

Introdução

O tema de fundo desta Conferência Geral vem assim formulado: Discípulos de Jesus Cristo na Igreja Católica para a nova evangelização da América Latina e do Caribe no início do Terceiro Milênio. Naturalmente este tema, por ser bastante amplo, pode abrigar reflexões das mais diversas segundo a área escolhida. O nosso enfoque será de cunho mais eclesiológico, o qual não exclui, mas inclui, como veremos, outros temas também importantes que devem ser considerados em vista de iniciativas pastorais. A escolha se justifica pelos atuais desafios enfrentados pelas Igrejas na América Latina e no Caribe, que constituem sem dúvida sua principal preocupação, originados em grande parte pelo atual pluralismo, cultural e religioso, com forte presença na sociedade latino-americana.

Poderíamos acrescentar uma outra razão para nossa escolha. Diante da indiferença religiosa que atinge fortemente o continente europeu, embora com graus diversos segundo os países, e diante da minoria católica nos continentes asiático e africano, verificamos gozar hoje a Igreja Católica na América Latina e no Caribe de uma importância que não teve no passado. De fato, embora ainda sofrendo os efeitos de uma insuficiente evangelização, que não deixa de afetá-la, esta Igreja constitui em nossos dias a maior reserva de religiosidade cristã da Igreja Universal. Esta realidade abre, por um lado, a possibilidade de uma evangelização mais séria e profunda que, como tal, não se encontra nos outros continentes. Por outro lado, torna este subcontinente não mais meta dos esforços missionários de outras Igrejas como se deu no passado, e sim agente evangelizador privilegiado na Igreja Universal. A terra de missão deve se tornar assim terra de missionários, fato este que já vem acontecendo.

Aceitas tais razões, a Igreja Latino-Americana e Caribenha deveria amadurecer uma nova consciência de si própria, em vista de sua responsabilidade diante da Igreja Universal. Esta nova consciência se revela necessária não só para retomar e fazer avançar a nova evangelização já iniciada sob o pontificado de João Paulo II, mas também para enfrentar os desafios provenientes de sua própria realidade com soluções específicas e adequadas. Somente assim poderão ser dados os passos necessários para as mudanças, mesmo que não as tenhamos ainda com a clareza e a evidência desejadas. Tais mudanças tanto dizem respeito à configuração institucional da Igreja, quanto às metas prioritárias de sua reflexão teológica e pastoral, bem como de sua ação evangelizadora. É o que procuraremos mostrar a seguir.

O contexto sociocultural da Igreja Católica na América Latina e no Caribe

Todos nós sentimos fortemente as transformações socioculturais ocorridas na sociedade latino-americana, transformações estas múltiplas e sucessivas. O respaldo social fornecido por uma cultura homogênea de matriz cristã era um fator decisivo em países onde a evangelização, por diversas razões, se apresentava deficiente. O imaginário social era cristão, a Igreja era aceita e respeitada pela maciça maioria da população, a mensagem evangélica impregnava o cotidiano das pessoas. A pastoral procurava apenas conservar e explicitar mais esta fé, através dos sacramentos e da catequese.

Este tempo de cristandade deu lugar nos últimos anos à sociedade moderna marcada pelo pluralismo, seja do ponto de vista cultural como religioso. A hegemonia cristã na cosmovisão social termina. A leitura cristã da realidade, com sua ética correspondente, se vê confinada a um setor da sociedade. Com isto os outros setores como o do poder civil, da ciência, da economia, se compreendem a si próprios e se regulamentam sem a tutela da Igreja, fazendo nascer a sociedade pluralista ou secularizada. A tentativa de conservar em seu seio «redutos de cristandade» através dos colégios e das universidades católicas, dos hospitais e dos asilos, bem como das associações laicais funcionou certo tempo. Porém a abertura da Igreja ao mundo realizada pelo último Concílio Vaticano II trouxe para dentro da mesma a sociedade pluralista,

com suas diferentes matrizes culturais. Mesmo rejeitando o que neste pluralismo se opõe ao Evangelho, como o individualismo, o hedonismo ou o culto à produtividade e ao lucro, a Igreja vê nascer em seu interior certa diversidade de expressões na fidelidade à mesma fé. Mais importante, porém, será outro desafio: como será sua presença e sua atuação numa sociedade que não aceita plenamente a visão cristã da realidade com sua ética correspondente?

O pluralismo vai emergir também no campo religioso, privando a Igreja Católica de seu status social hegemônico e os católicos de seu tradicional respaldo social. Os católicos deverão conviver para o futuro com outros cristãos não católicos ou com adeptos de outras religiões. Privados da proteção oferecida pela cristandade os católicos insuficientemente evangelizados ou deficientemente praticantes acabarão sendo presas fáceis de outros grupos religiosos. A insuficiente formação religiosa dos leigos, bem como sua costumeira passividade na Igreja, se converte em desafios urgentes para as autoridades eclesiais.

Uma acrescida consciência do valor da pessoa humana, uma razão crítica que não mais acolhe o tradicional por ser tal, uma maior sensibilidade social, uma insegurança generalizada pela velocidade das transformações em curso, uma crise das diversas instituições sociais incapazes de andar no mesmo ritmo, uma crescente desigualdade social, uma generalizada corrupção da classe política, são outros tantos fatores que desafiam hoje a Igreja entre nós.

Discípulos de Jesus Cristo na Igreja Católica

1. *A importância desta formulação*

É fundamental deixar claro que o relacionamento da pessoa humana com Deus não pode prescindir da comunidade eclesial. A vivência na fé de uma comunidade precedeu o próprio Novo Testamento, demonstrando que só podemos encontrar este Jesus Cristo na fé desta primeira geração de cristãos, fato este que caracteriza nossa fé como apostólica. Ainda hoje Jesus Cristo se mostra vivo e atuante na fé de homens e mulheres que constituem a Igreja. Se o objeto de nossa fé é



teologal, por se dirigir ao próprio Deus, sua modalidade é sempre eclesial, por ser mediatizada pela comunidade. A fé de cada um é participação na fé de todo o corpo eclesial, o verdadeiro sujeito da fé cristã.

A economia salvífica concreta querida por Deus, como no-lo atesta a Sagrada Escritura, é uma economia encarnatória, social, visível. Deus quer implantar seu Reino na humanidade através de um povo eleito para tal, através do envio de seu Filho que se encarna e se torna o sacramento do Pai para nós, a saber, aquele que possibilita nosso relacionamento salvífico com Deus e de Deus conosco. Ninguém pode encontrar Deus prescindindo de Jesus Cristo, afirmação que vale até para os não cristãos, já que são também capacitados a tal pelo Espírito de Cristo neles atuante. E, ao chamar os doze apóstolos para ajudá-lo em sua missão de proclamar e fazer acontecer o Reino de Deus, Jesus Cristo conferia à comunidade nascente dos primeiros discípulos a importante característica de ser sinal da salvação oferecida por Deus em sua pessoa ao longo da história.

Portanto a Igreja é a mediação visível e o sinal qualificado da ação invisível do Transcendente. Aqui está todo o seu sentido. Não é fim em si mesma, já que sua existência consiste em levar a humanidade para o Deus de Jesus Cristo, fazendo-a entrar em comunhão com este Deus na medida em que cada ser humano assume sua fé e sua práxis. Tanto é errado absolutizar a mediação considerando-a fim em si mesma, como é falso reduzir a comunidade eclesial à sua dimensão humana (sociológica). Correto é afirmar sua característica sacramental, já que Deus sempre atua na história através da mediação humana, como nos atesta toda a Sagrada Escritura e como nos comprovam os erros cometidos por aqueles que, desqualificando a fé da comunidade, reivindicam para si uma iluminação direta de Deus.

Tudo o que sabemos de Deus, tudo o que conhecemos de Jesus Cristo nos veio através da Igreja, isto é, através de membros da Igreja, sejam eles nossos pais, nossos catequistas, nossos sacerdotes. Daí a importância de mantermos juntos os dois termos da formulação escolhida para a Va Conferência Geral. Somos discípulos de Jesus Cristo na Igreja Católica.



2. A realidade humano-divina da Igreja

A economia sacramental querida por Deus para salvar a humanidade tem na pessoa de Jesus Cristo sua expressão suprema. Deus assume a humanidade de Jesus de Nazaré para se autocomunicar a nós, para atuar na história por nossa salvação, para se revelar como nossa felicidade perfeita. Na pessoa de Jesus Cristo nós encontramos as duas naturezas que, como nos ensina o Concílio de Calcedônia, não se confundem e nem se separam (*inconfuse et indivise*). Só chegamos à segunda pessoa da Santíssima Trindade, ao Filho eterno do Pai, através da humanidade de Jesus Cristo (1 Jo 1,1-3). O dogma de fé aqui enunciado constitui um paradigma para todas as verdades da fé cristã.

Quando falamos de Palavra de Deus, quando afirmamos a revelação de Deus, devemos também reconhecer que tal evento só acontece quando é acolhido na fé pela pessoa humana. Sem a fé os feitos históricos de Deus em favor de seu povo estariam mudos, a proclamação evangélica seria mera palavra humana e a verdade última sobre Jesus Cristo nos seria desconhecida. Deste modo, a resposta da fé a Deus, possibilitada pelo próprio Deus, é parte constitutiva da realidade da revelação de Deus. Deste modo podemos afirmar não estar completa a revelação sem a Igreja, enquanto comunidade dos que crêem.

A doutrina sobre a salvação cristã ou sobre a graça de Deus obedece ao mesmo paradigma. A graça pressupõe a pessoa e a aperfeiçoa. Se ela pressupõe, então não se encontra a não ser em alguém, sendo assim uma realidade em sua existência concreta, sendo captada e expressa inevitavelmente a partir de sua situação existencial e de seu contexto sociocultural. Ainda mais. A salvação de Deus não pode acontecer prescindindo da complexa e abrangente realidade humana, como a história e a sociedade, a vida familiar e profissional, sob pena de deixar de ser significativa e pertinente para a humanidade. O supranaturalismo desencarnado teve efeitos nefastos para o cristianismo como os estudos da *nouvelle théologie* evidenciaram, confirmando mais uma vez a grande verdade do dogma de Calcedônia.

Esta verdade se aplica também à Igreja. Devemos afirmar ser ela o Povo de Deus, o Corpo de Cristo, o Templo do Espírito Santo, já que

deste modo ressaltamos que a existência da Igreja resulta da pura iniciativa de Deus, primeira, gratuita, fundante. Estas expressões têm sua fonte no testemunho do Novo Testamento e suas raízes numa realidade teologal vivida e experimentada pelos primeiros cristãos. Qualquer leitura da Igreja que prescindida da fé jamais conseguirá determinar corretamente sua identidade. Toda abordagem sociológica ou histórica da mesma deveria estar consciente disto. Legítimas em seu nível epistemológico, elas são sempre compreensões penúltimas quando se trata da Igreja.

Porém, por outro lado, é a Igreja uma comunidade humana, sujeita aos imperativos, leis e condicionamentos de qualquer grupo de seres humanos que pretendam se constituir como comunidade. A iniciativa divina recebe com a Igreja uma resposta em chave social, como comunidade dos que acolhem tal gesto divino na fé, na esperança e no amor. Sem a realização, concreta, histórica, contextualizada, numa comunidade humana, como se deu na Igreja Primitiva, não chegaríamos a afirmar ser a Igreja Povo de Deus, Corpo de Cristo, Templo do Espírito. Não são as mesmas meras afirmações teóricas, mas realidades vividas e expressas por cristãos que procuravam seguir Jesus Cristo em suas vidas. E o Novo Testamento nos mostra como eles viveram este seguimento a partir de seu contexto próprio, com sua linguagem, práticas e desafios peculiares, históricos, concretos.

Jesus Cristo inaugura e nos oferece uma nova modalidade de viver a existência humana, mas ela não se justapõe à existência humana já constituída, e sim a confirma, corrige e aperfeiçoa, transformando-a numa existência cristã. Do mesmo modo os fiéis em comunidade, que constituem a Igreja, vivem sua vocação cristã inserida em seu contexto vital e no interior de um horizonte cultural. É a partir deste solo concreto que a Igreja vive sua fé, expressa sua esperança, operacionaliza sua caridade fraterna, celebra seu culto, cria instituições necessárias à sua identidade e à sua missão. Só na fidelidade à linguagem de seu entorno consegue a comunidade eclesial justificar sua razão de ser como sacramento da salvação de Jesus Cristo para a humanidade. Só através das representações mentais, das estruturas de pensamento, das categorias sociais, presentes e atuantes em seu respectivo contexto sociocultural consegue a Igreja tornar entendida, significativa e atraente a mensagem salvífica do Evangelho.

3. *A diversidade de configurações ao longo da história*

A história nos atesta que os contextos socioculturais criados pelos próprios seres humanos se sucedem em resposta aos desafios existenciais e às problemáticas socioeconômicas de cada geração. Não nos deve, portanto, admirar que a Igreja, no curso do tempo, tenha assumido elementos dos respectivos contextos para proclamar a Boa-Nova ou para organizar a vida da comunidade. Tudo em vista de realizar sua finalidade e sua razão de ser: assinalar para o mundo a salvação de Jesus Cristo. Ela o faz não somente através de uma linguagem que possa ser captada pelos seus contemporâneos, mas ainda pelo testemunho dos valores evangélicos vividos por seus membros. Só assim ela é realmente sacramento do Reino de Deus.

Deste modo cada geração deve estar atenta à inevitável interação entre Igreja e sociedade para realizar na comunidade eclesial as transformações requeridas para sua missão. Assim podemos dizer que a Igreja muda para conservar sua identidade e sua finalidade. Esta conclusão nos veta um juízo precipitado sobre algumas formas institucionais passadas, exigindo que tenhamos sério conhecimento do contexto de então para não cairmos em anacronismos ingênuos. Por outro lado, a distância que nos separa deste passado nos permite perceber certas unilateralidades, deficiências e avaliações distorcidas na configuração eclesial que nos foi legada. Tais lacunas se devem não só à limitação humana, mas também ao pecado como a busca de prestígio, vontade de poder, necessidade de segurança, reconhecimento social, e se encontram, muitas vezes, misturadas às motivações propriamente religiosas.

Do ponto de vista institucional poderá ocorrer uma crise na comunidade eclesial (como, aliás, em outras instituições como a família, a escola, a classe política) sempre que as experiências vitais, as compreensões e juízos da realidade, os compromissos que urgem, partilhados por uma geração, não mais estejam sendo assumidos pela instituição eclesial em sua missão evangelizadora. Deste modo a mensagem da salvação não consegue deixar transparecer sua verdade, seu sentido, sua pertinência, enfraquecendo a própria instituição.



4. A Igreja Católica da América Latina e do Caribe

Retenhamos bem dois pontos do que vimos precedentemente. Primeiramente que a Igreja Católica concreta que nos foi legada não desceu pronta do céu, mas foi o resultado de múltiplas configurações históricas em vista de manter sua identidade. Toda a obra de Yves Congar comprova o que afirmamos. Não mencionamos explicitamente os componentes eclesiológicos provenientes da revelação como a proclamação do Evangelho, a resposta da fé, a ação do Espírito Santo, a celebração eucarística, o ministério apostólico. Pois o nosso objetivo é constatar as várias configurações dos mesmos no curso da história. O segundo ponto diz respeito às lacunas presentes nas configurações do passado diante da nossa atual situação eclesial. Mesmo abstenho-nos de um juízo, que exigiria muito mais conhecimento de épocas passadas, devemos procurar corrigi-las em nossos dias para que a Igreja realize sua missão junto aos nossos contemporâneos.

Todos aqueles que conheceram a Igreja anterior ao Concílio Vaticano II e experimentaram bem concretamente as mudanças por ele operadas não terão grande dificuldade em concordar com nossa exposição. A palavra de ordem deste Concílio foi *aggiornamento*, isto é, atualização. E por que razão? Para fazer frente às mudanças socioculturais da sociedade que exigia uma nova configuração eclesial. A presença de peritos altamente qualificados e a representação universal do episcopado católico que coadjuvaram a ação do Espírito Santo permitiu grande riqueza doutrinal e importantes resoluções pastorais, muitas delas ainda não completamente descobertas e traduzidas para a vida na Igreja. Podemos mesmo afirmar serem as Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, a partir de Medellín, a recepção do Concílio Vaticano II em nosso continente. E a Va Conferência Geral não constituirá uma exceção.

Portanto, os bispos que dela participarão deverão ter um olhar voltado para os textos conciliares e outro para a realidade deste continente. Conscientes de que a atual configuração eclesial resulta de um desenvolvimento histórico frente aos desafios do passado, mas que em novos contextos já não mais se justificam, devem considerar que elementos recebidos devem ceder a outros novos, que melhor respondam às questões postas pela atual sociedade. Poderíamos aqui



nos perguntar se a dificuldade das autoridades eclesiásticas em se fazer ouvir em nossos dias, mesmo reconhecendo a atual crise de valores da sociedade, não estaria também no fato de que supõem um contexto de cristandade não mais existente ou de contra-reforma extinto pelo Concílio Vaticano II.

Os cristãos assumem hoje diversas conquistas da modernidade, como o respeito à liberdade e à responsabilidade próprias, mas também sabem questionar algumas tomadas de posição das autoridades que não apresentem justificação convincente. Além disso, a mensagem cristã se vê rodeada por uma pluralidade de fontes de sentido, religiosas ou não. É fundamental que ela apareça como um apelo significativo à liberdade, como uma opção em sintonia profunda com os anseios da pessoa humana, como um compromisso na construção de uma humanidade mais justa e fraterna. Passamos de uma Igreja-cristandade para uma Igreja-comunidade, à qual se pertence por uma opção livre, tal como se deu no agir de Jesus e dos primeiros apóstolos (*Dignitatis Humanae* 11).

A maior participação de todos nos destinos da sociedade, que é um traço cultural típico em nossos dias, acabou por se refletir em âmbito intra-eclesial, levando a Igreja a recuperar verdades esquecidas no decurso da história, que tornaram a Igreja uma hierarcologia, como Congar costumava afirmar. O Concílio Vaticano II corrige esta falha na Constituição *Lumen Gentium* ao partir de todos os fiéis como Povo de Deus (LG 9-12), atuando ativamente na liturgia (*Sacrosantum Concilium* 14) e na missão (*Apostolicam Actuositatem* 3), seja no âmbito paroquial (LG 37), seja no âmbito diocesano (*Christus Dominus* 27). Este espaço aberto pelo Concílio implica uma nova modalidade de governo na Igreja, na qual os responsáveis, sem abdicar de sua autoridade, permitam a participação de todos nas estruturas e nos objetivos pastorais.

Numa sociedade caracterizada por uma multiplicidade de discursos e já bastante descrente dos mesmos, ganha enorme importância o testemunho da própria experiência cristã. O modo cristão de vida, as práticas sociais geradas pelas convicções da fé, a capacidade de não se deixar envolver pela cultura individualista dominante, a solidez das referências de sentido e de ação em meio ao torvelinho das opiniões descartáveis, os gestos de amor e de justiça numa sociedade dominada

pela busca do lucro evangelizam bastante mais do que apenas doutrinas ortodoxas, ou planos pastorais bem elaborados.

Algumas sugestões em vista da V Conferência Geral

1. *Uma nova consciência eclesial*

Cada época tem de si própria a consciência histórica que lhe é possível ter, a saber, objetiva e verdadeira, mas igualmente limitada e imperfeita. Novas gerações a olharão de fora com a vantagem da distância no tempo e poderão então reconhecer seus valores e denunciar seus erros. O importante é que cada geração assuma a responsabilidade que lhe cabe em seu momento da história. Naturalmente este compromisso pressupõe uma certa consciência da própria conjuntura histórica.

O fim da cristandade traz sérias conseqüências para a Igreja Católica neste subcontinente, sentidas em diferentes graus em todos os países como efeitos do pluralismo cultural e religioso. Deste modo vai se tornando uma convicção por todos partilhada que as soluções do passado se revelam insuficientes e que novos caminhos devem ser trilhados. Às vezes estes novos rumos não são assim tão novos, pois consistem em recuperar riquezas do passado, esquecidas ao longo do tempo, como nos comprovam os textos do último Concílio Vaticano II. De qualquer modo todos nós percebemos estar diante de um cenário religioso inédito para esta região do planeta, que pede de nós uma reação correspondente ao desafio.

É fundamental que o episcopado latino-americano e caribenho, conhecedor exímio dos problemas e sofrimentos, dos desafios e esperanças, próprios do nosso povo, possa desenvolver uma pastoral adequada a esta situação, que não se envergonhe de ser específica, regional, contextualizada. Devido à nossa história e à gênese de nossos países somos, ainda hoje, fortemente influenciados pela Europa, tendo maior dificuldade do que os africanos e asiáticos de respeitar os traços peculiares de nossos povos. Embora tenhamos uma diversidade riquíssima de culturas, mesmo no interior de nossos países, tal fato não consegue se espelhar como deveria em nossas teologias e em nossos planos de pastoral.

Mais ainda. O fato de abrigarmos uma porcentagem considerável dos católicos de todo o mundo, pastoreados por um grande corpo episcopal, pouco oferecemos em prol da Igreja Universal. Deveríamos refletir mais sobre este fato, já que a fidelidade maior ao próprio rebanho não implica desafeição em relação às demais Igrejas, de modo especial com a sede romana. Ao conhecido amor de nossos católicos e de seus pastores pelo sucessor de São Pedro se deveria acrescentar uma maior sensibilidade com nossos povos, que redundasse numa configuração mais típica da Igreja Católica entre nós. Estaríamos em comunhão com a Igreja Universal contribuindo melhor para sua catolicidade.

Talvez a urgência e a multiplicidade dos problemas humanos e sociais que enfrentamos nos impeça em parte uma reflexão mais demorada sobre os mesmos e a elaboração de uma base teológica mais consistente para justificar nossas opções pastorais. As exceções que, felizmente, acontecem, são esporádicas e não conseguem mudar o quadro. Seria importante unir à sensibilidade e generosidade dos responsáveis eclesiais também um maior conhecimento da realidade e uma maior fundamentação teológica. Deste modo os pronunciamentos e os textos eclesiais ganhariam mais consistência doutrinal e pertinência pastoral, sem perder a estreita união com a Igreja Universal presidida pela sede romana.

2. O critério decisivo para orientar a nova consciência

Se pleitearmos uma virada significativa em nossa história da Igreja, fruto desta nova consciência, não podemos rejeitar sem mais o que recebemos do passado, pois então seria pior a emenda do que o soneto. As evoluções acertadas na Igreja se deram gradativamente por uma re-apropriação do legado recebido, como nos demonstra a história, e sempre foi mais lenta do que desejaríamos. Fundamental mesmo é dar os primeiros passos para a mudança, o que, aliás, já aconteceu por obra e graça do último Concílio. Muito do que deve ser alcançado já está expresso em seus textos à espera de maior concretização em nossas Igrejas. Cabe-nos inculturá-los em nossa realidade.

De qualquer modo devemos ter sempre diante dos olhos o critério decisivo para qualquer mudança de cunho institucional concernente à

configuração histórica da Igreja. A razão de ser da Igreja é a mesma que constituiu a razão de ser da vida e da obra de Jesus Cristo: a proclamação e realização do Reino de Deus, tal como afirma o Vaticano II (LG 5). A Igreja, assumindo a existência qualificada de seu fundador expressa, visibiliza e proclama para o mundo o Reino de Deus. Ela só cumprirá seu sentido último de «sinal levantado», «luz do mundo» e de «sal da terra» enquanto «viver profundamente a vida cristã» (Ad Gentes 36). Deste ponto depende sua credibilidade diante da sociedade humana.

A configuração histórica da instituição eclesial que nos foi legada resultou de muitos fatores conjunturais, como reação da Igreja no sentido de salvaguardar a liberdade de proclamar e viver a mensagem evangélica. Ou ainda, como em nossos países, por uma escassez crônica de evangelizadores qualificados ou pelo tributo pago a uma atividade missionária unida a uma colonização depredatória. Não negamos estar nela presente, por vezes, também a vontade de poder, o medo, a vaidade. Contudo, a razão última da diversidade de configurações eclesiais na história do cristianismo aconteceu porque se buscou tornar o institucional (meio) realmente salvífico (fim).

A Igreja nasceu da experiência salvífica com Jesus Cristo, iluminada e aprofundada pela ação do Espírito Santo em Pentecostes. Aqui está a fonte não só da vivência cristã da comunidade eclesial, mas também a origem de sua configuração institucional. É importante não nos determos numa leitura apenas histórico-jurídica das estruturas eclesiais, como se pudessem, por si sós, se justificarem, prescindindo da causa do Reino de Deus. Aqui também nos é dado o critério decisivo para mudanças institucionais, a saber, a salvação de homens e mulheres. Ao levar a sério os contextos socioculturais onde vive e querendo permanecer fiel a sua missão, a Igreja saberá adaptar sua realidade institucional, mediação necessária de sua realidade mística e transcendente, a tais contextos. Deste modo ela não destrói o que sua consciência de fé lhe apresenta como determinação divina, mas a torna realmente eficaz e frutuosa numa outra situação histórica.

3. *Algumas sugestões concretas*

Propositadamente utilizamos o termo «algumas». Pois estas sugestões são mencionadas a título de exemplos. Naturalmente se

encontram em graus diversos por todo o nosso subcontinente. Outras poderiam lhes ser acrescentadas, dotadas da mesma qualificação. Contudo, este ponto deve ser enfatizado: compete à Igreja Local assumir um perfil que corresponda aos desafios de seu contexto sociocultural. Conforme já observara João Paulo II: «É nas Igrejas Locais que se podem estabelecer as linhas programáticas concretas (...) que permitam levar o anúncio de Cristo às pessoas, plasmar as comunidades, permear em profundidade a sociedade e a cultura através do testemunho dos valores evangélicos» (Novo Milênio Ineunte 29).

A) A formação espiritual e teológica do clero e do laicato

A despedida da cristandade e o advento de uma sociedade pluralista demonstraram a fragilidade do catolicismo em nosso subcontinente devido a uma insuficiente evangelização no passado. Conservamos ainda uma ampla religiosidade cristã, especialmente nas camadas mais pobres da população. Contudo, este legado histórico, fruto de sacrificado labor missionário, se vê cada vez mais ameaçado pela indiferença religiosa da atual sociedade neoliberal e pelo crescente expandir-se de confissões evangélicas de cunho pentecostal, que aliam popularidade momentânea com decepções sucessivas, provocando migrações eclesiais constantes com crescente descrédito das verdades cristãs.

Além disso, a sociedade secularizada, dotada de múltiplas fontes de sentido, significa sempre um desafio permanente à doutrina e à moral cristã. Aqui temos, sem dúvida, uma das principais razões da busca de formação teológica por parte do laicato em muitos de nossos países. O respaldo social da fé não mais existe. Esta deve ter maior consistência interna por meio de uma fé esclarecida. A formação teológica não é mais um «luxo» para católicos desocupados, mas uma necessidade para todos os cristãos na sociedade em que vivemos. Nunca foi tão verdadeira como em nossos dias a proclamação por uma «nova evangelização», que ponha fim ao déficit teológico crônico de nossas populações.

Por outro lado, a aceleração do ritmo de vida, a luta diária pela subsistência, a majoritária população urbana em nossos países dificultam o apreço e a prática por uma vida de oração. Deste modo, o encontro pessoal com Deus, exercício indispensável da fé, dimensão

mística fundamental da vida cristã, permanece aquém das expectativas e anseios dos católicos, por falta de uma pastoral adequada. A escuta orante da Palavra de Deus, a riqueza do testemunho mútuo partilhado em pequenos grupos, a pedagogia da oração, a necessidade de uma pastoral mistagógica, são imperativos do momento. Demonstra-o a formação espontânea de grupos laicais para testemunharem sua vida de fé e assim se apoiarem mutuamente. Demonstra-o a irrupção dos novos movimentos na Igreja que melhor possibilitam esta vivência comunitária da fé do que as grandes paróquias.

Assim como uma teologia que não fecunde a pastoral é uma teologia estéril, por mais sofisticada que se apresente, assim também uma pastoral que careça de fundamentação teológica é uma pastoral inconsistente e cega, por mais ruído que faça. O imediatismo pastoral deixa atrás de si frustrações e desencantos. Um maior cuidado com a formação espiritual e teológica do Povo de Deus deve ser um dos objetivos da próxima Va Conferência. Mesmo com a escassez de recursos e de professores bem formados.

B) A questão dos ministérios

A escassez crônica de clero constitui, sem dúvida, um ponto de estrangulamento da pastoral em nosso subcontinente. Muitos católicos não conseguem, assim, ter uma autêntica experiência de Igreja e sentirem-se de fato membros de uma comunidade. Para muitos a participação na eucaristia, centro da vida cristã, é esporádica e não repercute como deveria na vida cotidiana. Se acrescentarmos a esta realidade uma insuficiente evangelização, então podemos compreender o avanço e o crescimento das seitas pentecostais entre nós. É uma questão crucial que pede uma resposta urgente, a qual não emergirá sem criatividade e coragem.

Na linha do Concílio Vaticano II (LG 30-38) a Igreja procura recuperar o papel ativo dos leigos na Igreja em vários níveis da comunidade e em várias formas (Christifideles Laici 25-31). Certamente, devido ao longo tempo de passividade laical, tais exortações não conseguirão logo se tornarem realidade. Mas, em vários países passos concretos já foram dados e se pode observar uma participação crescente de leigos no governo e na pastoral da Igreja. Estas iniciativas devem continuar, e

até mesmo receberem significativo encorajamento por parte dos responsáveis eclesiais. Julgo mesmo que nossa Igreja deveria ser mais criativa neste particular. Condição fundamental para uma maior participação dos leigos vem a ser uma adequada formação dos futuros sacerdotes em vista de saberem acolher a colaboração dos leigos, saberem escutá-los, saberem dar-lhes espaço para agir, saberem formá-los, sem renunciarem à responsabilidade própria daquele que preside a comunidade, daquele que tem o carisma da unidade.

Mais delicada e difícil é a questão do ministério ordenado. Já se falou disto em diversos sínodos. A ordenação dos viri probati certamente poderia atenuar bastante a penúria de clero, sobretudo nas regiões mais distantes. Ninguém duvida do valor do celibato para a vida e para a ação do sacerdote. Mas a finalidade primeira da Igreja e dos ministérios na Igreja é o Reino de Deus, como vimos anteriormente. Este critério deve ser seriamente ponderado. Diante dele estão todas as conseqüências decorrentes da alternativa propugnada por alguns, concernentes à própria organização e governo eclesial, bem como à mística do sacerdote totalmente dedicado à causa do Reino de Deus.

C) A preocupação com o social num novo contexto

O fim das ditaduras militares, a volta à democracia e a crescente consciência do escândalo que são as desigualdades sociais em nosso subcontinente modificaram sobremaneira o cenário da atuação da Igreja na sociedade. Constatamos que boa parte da ação eclesial no campo social e político vem sendo executada por outras entidades da sociedade. Além disso, o fenômeno da globalização, enfraquecendo a autoridade política local, diminui também a força transformadora da doutrina social da Igreja. Este último ponto já indica a importância de estratégias pastorais de âmbito continental, mesmo reconhecendo a diversidade dos problemas em cada país.

438

Uma deficiência comum aos nossos países, também em graus diversos, é a fragilidade das instituições democráticas. O recurso a golpes de estado, tão freqüente no passado, demonstra a desconfiança em soluções que respeitem as bases constitucionais da nação. Muito ajudará a formação de uma autêntica consciência cívica por parte de nossos povos. A Igreja deveria empenhar-se no respeito e na consoli-



dação das estruturas democráticas na América Latina e no Caribe através de iniciativas das mais diversas.

Nota-se também que a corrupção em todos os níveis da vida pública tem sido um câncer a corroer sistematicamente as tentativas de melhoria das condições de vida dos mais pobres. Há mesmo uma verdadeira insensibilidade por parte de certas elites com relação ao uso de bens públicos em proveito pessoal, com graves danos para os mais excluídos da sociedade. O discurso ético das autoridades eclesíásticas, o qual é sempre atento e presente quando se trata de questões da vida e da sexualidade, deveria também se fazer ouvir mais fortemente na área social, pois também aqui está em jogo a vida humana. Não podemos deixar de registrar um certo declínio na proclamação e na luta pela doutrina social da Igreja nos últimos anos. A discussão em torno das teologias da libertação junto com as transformações sociopolíticas dos últimos decênios acabou por arrefecer, ou mesmo desanimar, sacerdotes e militantes leigos na luta pela justiça. Naturalmente temos hoje consciência maior da complexidade dos problemas e devemos elaborar um discurso mais modesto em torno de pontos considerados fundamentais, como estes dois acima mencionados. Mas a luta deve continuar.

Conclusão

Cabe-nos tomar consciência da inédita importância da Igreja Católica na América Latina e no Caribe para com a Igreja Universal. Este fato baseado na porcentagem de católicos neste subcontinente bem como numa ampla religiosidade cristã encontrada na maioria da população nos qualifica a exercer uma ação missionária para fora de nossos países, como, aliás, já vem acontecendo. Contudo, este momento histórico exige novos passos e corajosas iniciativas, que correspondam à situação da Igreja numa sociedade pluralista. Só então poderão os fiéis ter uma autêntica experiência eclesial, uma vivência religiosa marcada pela comunhão e pela participação na comunidade, uma convicção pessoal da tarefa missionária que incumbe a todos.

